

BOLETIM 208

Brasília, 15 de setembro 2016

Sociedade brasileira não aceitará a impunidade, afirma Cármen Lúcia

Ao ser empossada presidente do Supremo, ministra cumprimenta 'Sua Excelência, o povo'

“A norma protocolar determina que os registros e cumprimentos se iniciem pela mais elevada autoridade presente”, iniciou a ministra Cármen Lúcia Antunes Rocha (**foto**), seu discurso de posse na Presidência do Supremo Tribunal Federal (STF), na última segunda-feira.

“Princípio, pois, meus cumprimentos, dirigindo-me ao cidadão brasileiro, princípio e fim do Estado, senhor do poder da sociedade democrática, autoridade suprema sobre todos nós, servidores públicos, em função do qual há de labutar cada um dos ocupantes dos cargos estatais.

“Começo, portanto, por cumprimentar o cidadão, muito insatisfeito hoje - como estou convencida, todos nós aqui estamos - por não termos o Brasil que queremos, o mundo que achamos que merecemos, mas que é nossa responsabilidade direta, colaborar em nossos desempenhos para construir.

“Cumprimento, portanto, inicialmente, Sua Excelência, o povo, querendo que cada cidadão



brasileiro se sinta individualmente saudado por mim e por este Supremo Tribunal Federal”.

ILÍCITO - Um pouco mais tarde, em entrevista à TV, indagada sobre a “articulação” para livrar os investigados pela Operação Lava Jato, deixando-os impunes através de uma suposta “anistia”, a nova presidente do STF declarou:

“Eu acho que ilícito é ilícito e anistia só pode ser concedida quando houver uma causa social que justifique. Eu não acho que a sociedade brasileira, de alguma forma, vá aceitar esse tipo de conduta”. A ministra frisou que “os ilícitos são contra a sociedade”. E atalhou: “a democracia só existe onde existe uma Justiça eficaz, eficiente, onde suas decisões são respeitadas”.

A ministra Cármen Lúcia frisou: “Não tenho notícia de um ser humano que não aspira à Justiça. Ou a uma ideia de Justiça. Se, no verso de Cecília Meireles, a liberdade é um sonho, que o mundo inteiro alimenta, parece-me ser a Justiça um sentimento, que a humanidade inteira acalenta.

“Cada povo tem o seu ideal do justo. O que todos os povos de todos os tempos têm em comum é a inaceitação do injusto”.

Lembrando seu conterrâneo Guimarães Rosa, em “Grande Sertão: Veredas” (Viver é muito perigoso...), disse a nova presidente do STF que “sem esperança, viver é mais que perigoso, é aflitivo”, mas que, hoje, “o tempo é também de esperança. Homens e mulheres estão nas praças pelos seus direitos e pelo seus interesses. Quer-se um Brasil mais justo e é imprescindível que o construamos”.

“A ética não está em questão: é dever de todos e de cada, não se transigindo com a sua inobservância. A lei não é aviso, pelo que há de ser cumprida por todos”.

COMPROMISSO – Concluindo, afirmou a ministra Carmen Lúcia:

“O Brasil é o nosso compromisso: o Brasil de hoje, a Justiça que se quer e se pede hoje, o Brasil que merecemos e pelo qual é nosso dever lutar e fazer acontecer. Afinal, a história de cada povo ele mesmo a constrói. Gente só não é capaz de fazer e melhorar o que não tenta. Temos sorte de sabermos que o Brasil que merecemos pode e há de ser construído. Não deixaremos em desalento Direito e ética que a Constituição impõe que resguardemos. Porque esse é nosso papel. E porque o Brasil é cada um e todos nós”.

Fonte: Comunicação CONTRICOM

Henrique Meirelles afirma que “ainda há muita coisa a ser privatizada” no Brasil

O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles (*foto*), anunciou um plano de privatizações do patrimônio público. “O Estado é grande, existe



um número razoável de estatais, muita coisa a ser privatizada. E existe demanda. No Brasil, o tamanho continental, a produção no interior do país, não só no agronegócio, e a deficiência de investimento em infraestrutura fazem com que haja uma demanda grande”, afirmou em entrevista à revista Época.

Segundo ele, o Brasil tem obras a fazer e no mundo sobra dinheiro. E o segredo do sucesso das privatizações tem a ver com três coisas. “Primeira, previsibilidade de regras; segunda, oferta de taxas de retorno consistentes com alternativas de investimento no Brasil e no mundo; terceira, preços mínimos compatíveis com o retorno previsto no investimento”, disse, no melhor estilo Rolando Lero.

Tudo para evidenciar que o que interessa é garantir o lucro dos assaltantes do patrimônio público. Até porque ninguém vai trazer dinheiro para investir em obras de infraestrutura. Os recursos deverão sair é dos cofres do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), tal ocorreu com o governo impichado. Tanto assim que o atual governo quer rever as concessões de rodovias e aeroportos feitas no governo Dilma, entre 2013 e 2014, através de uma medida provisória que permita que os atuais



cessionários sejam indenizados pelos vencedores de novas licitações, evitando que os bancos garantidores dos financiamentos assumam dívidas superiores a R\$ 4 bilhões.

Nos leilões realizados no governo anterior, em cinco anos de contratos, estavam previstos R\$ 25 bilhões em investimentos com empréstimos pelo BNDES de 70% do valor e com juros subsidiados (TJLP + 2% ao ano), que não se viabilizou.

As privatizações serão coordenadas pelo Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) - com o notório Moreira Franco à frente -, aprovado no último dia 8 no Senado: substitutivo do senador Wilder Morais (PP-GO) à Medida Provisória (MP) 727/2016. Pelo texto, as privatizações deverão ser tratadas como "prioridade nacional" pela União, estados, Distrito Federal e municípios, ficando o BNDES encarregado de constituir e participar do fundo de apoio à estruturação de projetos.

De acordo com o ministro da Fazenda, a estimativa de receitas "com concessões e outorgas em 2016 é de R\$ 22 bilhões, dos quais R\$ 21 bilhões já foram arrecadados. Projetamos um pouco abaixo de R\$ 24 bilhões para essa arrecadação em 2017", que deverá engordar o superávit primário, recurso para pagamento de juros, o real objetivo do "ajuste fiscal" de Temer/Meirelles.

Questionado sobre a lista das concessões em relação à lista do governo Dilma, Meirelles esclareceu que "as obras previstas não mudam. As listas são bastante coincidentes, embora não totalmente. Foram criticados no governo anterior os estudos técnicos e a taxa de retorno".

Ainda na entrevista à Época, Meirelles frisou que "o que a União poderia fazer pelos

estados, já fez. Houve a renegociação da dívida, a concessão do prazo de carência até dezembro deste ano". Mas o que o governo fez foi impor aos estados a redução de investimentos ("teto dos gastos pela inflação do ano anterior"), arrocho salarial dos servidores públicos, proibição de concursos e outras medidas: "O que estamos fazendo agora é dar assistência técnica para que os estados contenham o crescimento das despesas. É importante a aprovação do teto dos gastos para os estados nos mesmos termos do federal, que já está incorporado no acordo e num projeto de lei (...). Não é possível o estado dar mais aumento. Se der, viola o teto. Se viola o teto, perde o direito à reestruturação da dívida. E aí vai ter de voltar a pagar a dívida num patamar insustentável".

Conforme Meirelles, a reforma da Previdência, a ser apresentada até o fim deste mês, precisará ter uma idade mínima e um período mínimo de contribuição, "para o país crescer, gerar empregos e ter recursos para pagar uma Previdência justa, correta, de acordo com a realidade".

Fonte: Comunicação CONTRICOM

Brasil não atinge as metas de educação estipuladas no Ideb

O resultado do Ensino Médio foi de 3,7, o mesmo de 2011 e 2013, quando deveria ser de 4,3, pela própria meta estabelecida pelo governo federal



O Ministério da Educação (MEC) divulgou os dados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) de 2015, que mostram novamente índices negativos no Ensino Médio e no Ensino Fundamental II, que vai do 6º ao 9º ano. O Ideb mede o desempenho de estudantes das redes pública e privada em Língua Portuguesa e Matemática em escala de zero a dez, e é o principal indicador da qualidade do ensino no país.

O resultado do Ensino Médio foi de 3,7, o mesmo de 2011 e 2013, quando deveria ser de 4,3. A estagnação deixa o ensino médio cada vez mais longe da meta proposta pelo Plano Nacional de Educação, de atingir 5,2 em 2021. As metas foram estipuladas pelo MEC em 2007 com base no desempenho educacional de nações desenvolvidas, estão caminhando para não serem concretizadas.

Nos anos finais do Ensino Fundamental o resultado também ficou abaixo da meta pela segunda vez consecutiva, deveria ter sido de 4,7 e foi de 4,5. A meta para 2021 é 5,5, e até 2011 vinha sendo cumprida, até iniciarem os cortes de Dilma na educação.

Segundo relatório Education at a Glance (EAG) 2015, publicado pela OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico), o valor gasto por aluno no Brasil “é o quinto mais baixo entre todos os países da OCDE e países parceiros”. No levantamento, foram analisados 34 países membros da organização e outras nações parceiras, o Brasil só ficou na frente de Colômbia, Turquia, México e Indonésia.

O gasto público em educação por aluno no Brasil representa cerca de um terço do valor que é investido, em média, pelos países da OCDE. Enquanto o Brasil gasta R\$ 9.998 (US\$ 3.078) por

estudante no ensino médio a cada ano, os países da OCDE investem R\$ 32.082 (US\$ 9.876). No ensino fundamental o Brasil gasta R\$ 9.868 (US\$ 3.038), contra R\$ 29.148 (US\$ 8.937) da OCDE.

O Brasil está em sexto lugar entre os países que tem mais jovens, de 25 a 34 anos, sem ensino médio completo, segundo o texto são de 30% a 40%.

O relatório também destaca o salário dos professores, “embora não haja uma relação direta, esses valores podem refletir o nível dos salários dos professores dessas etapas de educação no Brasil. Salários iniciais para professores com qualificação mínima são os mesmos para cada nível desde a pré-escola até o Ensino Médio e estão entre os mais baixos para todos os países e parceiros da OCDE com dados disponíveis”.

ATRASO - Segundo pesquisa do Instituto Ayrton Senna, se o Brasil seguir no ritmo atual serão necessárias décadas para atingir metas de educação estipuladas para 2021. Paula Penko, economista do Instituto, destaca que no ensino médio, “avancamos apenas 0,3 ponto em dez anos nessa etapa, que não está saindo do lugar. Se nada for feito e esse ritmo se mantiver, levaremos décadas para bater a meta”.

Outro estudo dos pesquisadores José Soares, da Universidade Federal de Minas Gerais e ex-presidente Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, e Victor Delgado, Universidade Federal de Ouro Preto, confirma a tese. Além de destacarem que o avanço não está ocorrendo na velocidade necessária, afirmam que acontece de forma muito desigual.

Usando o desempenho dos estudantes brasileiros em comparação com os estudantes dos países da OCDE, os pesquisadores calcularam



quanto tempo cada grupo levaria para atingir esse patamar.

Segundo eles “para os alunos de mais alto nível socioeconômico, seriam necessários mais 14 anos em matemática e 18 em leitura para atingirmos os patamares desejados. Para alunos de mais baixo nível socioeconômico, o tempo estimado para atingirmos esse objetivo é maior do que 50 anos, tanto para leitura como em matemática”.

Daniel Cara, coordenador geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, em artigo em seu blog, destacou que o “o PNE 2014-2024 está sendo ignorado pelos governantes” e que “até o momento, dos 14 dispositivos agendados para 2015 e 2016, nenhum foi plenamente cumprido”. Cara também destacou que o ajuste fiscal, promovido pelo governo Dilma, que tirou 11 bilhões da educação somente em 2015, a falta de prioridade política e a crise econômica, foram determinantes para o resultado.

Fonte: Comunicação CONTRICOM

Setor automotivo supera 200 mil demissões desde 2014

Com o país atravessando uma das maiores crises econômicas da história, as montadoras de veículos estrangeiras instaladas aqui apostam na demissão dos trabalhadores como forma de garantir seus lucros.

Segundo dados da Associação Nacional de Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), de 2014 até agora, 31 mil vagas foram fechadas nas montadoras e, por consequência da diminuição da produção e vendas, mais 50 mil trabalhadores da indústria de autopeças e outros 124 mil das concessionárias foram para o olho da rua, numa conta que supera 200 mil demissões.

No final de 2013, as montadoras empregavam 157 mil trabalhadores, número que, em agosto, caiu para 126 mil. O problema é que destes, ao menos 2,5 mil estão em lay-off (com contratos suspensos e salários reduzidos) e 19,8 mil no chamado Programa de Proteção ao Emprego (PPE), que, aprovado no governo Dilma, consiste em chantagear os trabalhadores para reduzir a jornada e salários.

De 2014 para cá, período que os representantes das montadoras identificam como os piores da crise, a produção nacional de veículos despencou de 3,7 milhões para 2,3 milhões de unidades neste ano. O mercado interno encolheu em 1,7 milhão de veículos, com previsão que este ano as vendas de automóveis, comerciais leves, caminhões e ônibus não ultrapassem 2 milhões de unidades – voltando assim ao volume de dez anos atrás.

As demissões nas montadoras devem seguir em alta, pois, ainda há ajustes a serem feitos em fábricas da Volkswagen que acabam de abrir um programa de demissão voluntária para pelo menos 1,2 mil funcionários. Na Mercedes-Benz em São Bernardo do Campo (SP), 1.047 acabam de aderir a um programa semelhante e outros 370 foram mandados embora.

Enquanto trabalhadores são demitidos e salários reduzidos, as multinacionais colecionam recordes de remessas de lucro para suas matrizes



do exterior. O setor continua sendo um dos que mais recebem benefícios do setor público, a exemplo da redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) até 2015 e financiamentos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Fonte: Comunicação CONTRICOM

Juros do cartão e cheque especial saltam pela oitava vez em um ano

Pesquisa da Associação Nacional dos Executivos de Finanças Administração e Contabilidade (ANEFAC) aponta que as taxas de juros para pessoas físicas aumentaram novamente em agosto. Foi a 23ª elevação consecutiva e a oitava do ano.

O destaque ficou por conta do aumento dos juros médios no cartão de crédito que ficaram em 451,44% ao ano. Em julho a taxa era de 447,44%.

O cheque especial pulou de 293,79% em julho para 296,33% no mês de agosto.

A taxa de juros média geral para pessoa física apresentou uma elevação de 154,35% ao ano em julho para 155,48% ao ano em agosto, sendo esta a maior taxa de juros desde agosto de 2003.

Já a taxa de juros média geral para pessoa jurídica foi de 73,92% ao ano em julho para 74,52% ao ano em agosto de 2016, sendo esta a maior taxa de juros desde agosto de 2003.

Além de se beneficiarem com as taxas de juros do Banco Central, as mais altas do mundo,

os bancos extorquem os consumidores que buscam o acesso ao crédito e ao cheque especial para enfrentar a recessão com a queda na renda e o desemprego.

Fonte: Comunicação CONTRICOM

BOLETIM DA CONTRICOM

Presidente da CONTRICOM

Francisco Chagas Costa – Mazinho

Secretário para Assuntos de Comunicação

Luis Carneiro Rocha

Redação e Edição

Instituto Dois Candangos (DF)